Boletim

ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS
OS REPRESENTANTES ADUANEIROS PORTUGUESES

número 27

2025



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ADUANEIRA

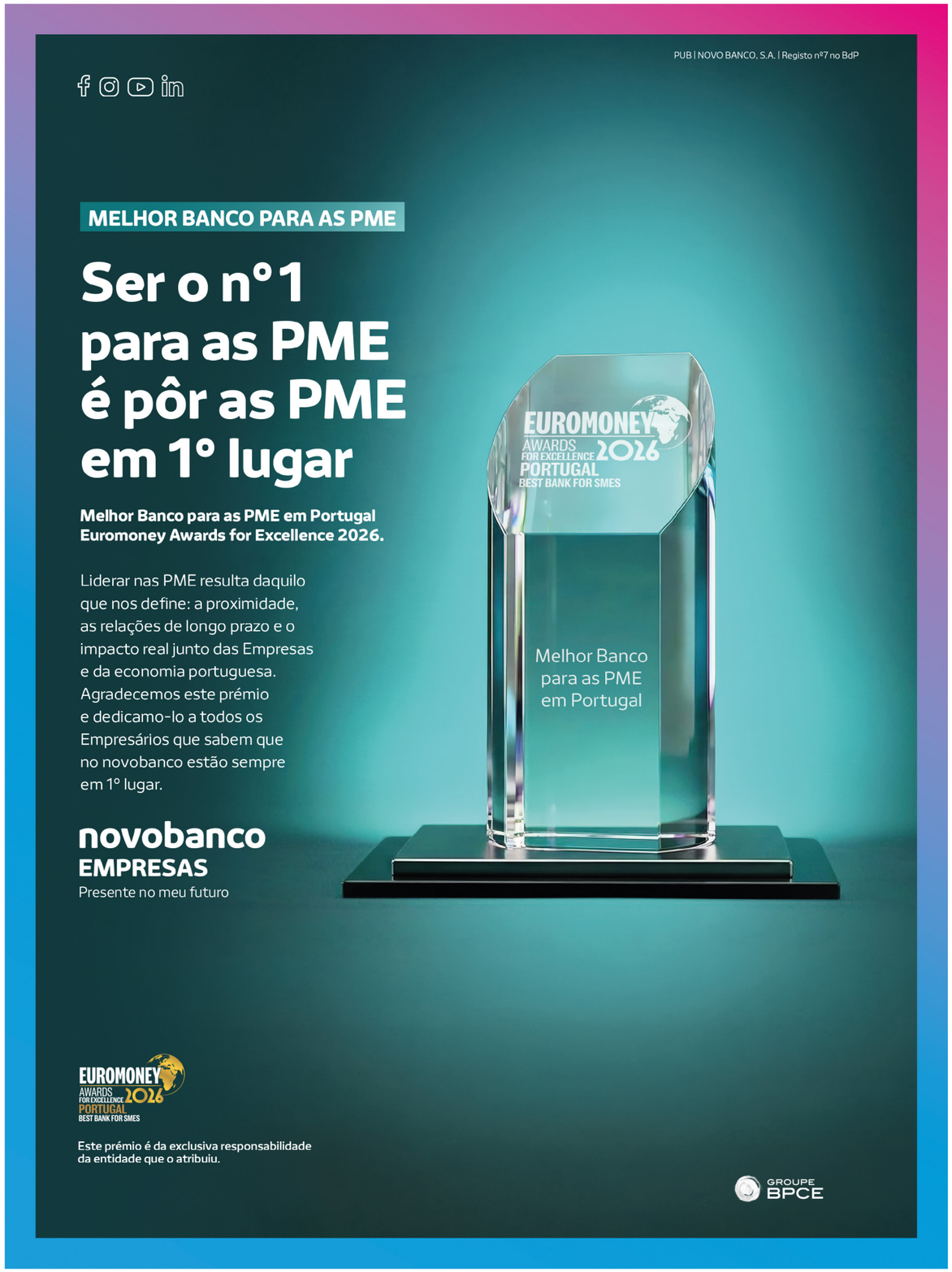
A DIGITALIZAÇÃO ADUANEIRA
Ana Cristina Trovão

2025 – O ANO DE TODAS AS MUDANÇAS
João Morgado Macedo

PORTO DE SINES ACELERA NA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO E DA INOVAÇÃO
Pedro Ó Ramos

XVII REUNIÃO MUNDIAL DE DIREITO ADUANEIRO

PUBLICIDADE



ÍNDICE

Editorial

02 EDITORIAL
Mário Jorge

Destaque

06 A DIGITALIZAÇÃO ADUANEIRA
Ana Cristina Trovão

12 **A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ADUANEIRA E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE A ODO E A AT**
2025 – O ANO DE TODAS AS MUDANÇAS
João Morgado Macedo

18 PORTO DE SINES ACELERA NA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO E DA INOVAÇÃO
Pedro Ó Ramos

International

22 **O ACORDO MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA E A COOPERAÇÃO BRASIL–PORTUGAL:**
DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O PAPEL ESTRATÉGICO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS
José Carlos Raposo Barbosa

26 LA VISIÓN DE LOS DESPACHANTES DE ADUANA DE URUGUAY FRENTE AL FUTURO ACUERDO MERCOSUR – UNIÓN EUROPEA
Gabriel Gambaro

30 **CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE:**
MODERNIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROJEÇÃO INTERNACIONAL
Salmate Chuaibo Daud

A Ordem

34 XVII REUNIÃO MUNDIAL DE DIREITO ADUANEIRO

40 LISBOA, EPICENTRO ADUANERO
Antonio Llobet

44 XV ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

52 ATIVIDADES



Mário Jorge
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

O ANO DE 2025 FOI MARCADO POR UM CONJUNTO DE ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ADUANEIRO NACIONAL, CUJA IMPLEMENTAÇÃO COLOCOU DESAFIOS SIGNIFICATIVOS AOS OPERADORES ECONÓMICOS E, DE FORMA MUITO DIRECTA, AOS DESPACHANTES OFICIAIS.

O ano de 2025 constituiu um período de particular relevância para a Ordem dos Despachantes Oficiais, enquadrado num contexto de profundas transformações no comércio internacional, de crescente exigência regulatória e de reforço progressivo do papel estratégico do direito aduaneiro na economia nacional e europeia. Este enquadramento foi igualmente marcado por um conjunto de alterações estruturais no funcionamento do sistema aduaneiro nacional, cuja implementação colocou desafios significativos aos operadores económicos e, de forma muito directa, aos Despachantes Oficiais.

Em particular, a introdução de novos sistemas declarativos por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira revelou-se um processo complexo e exigente, marcado por constrangimentos técnicos, ajustamentos sucessivos e naturais dificuldades de adaptação a novos modelos operacionais; não obstante tais dificuldades, o processo decorreu num quadro de diálogo institucional permanente, assente numa relação de cooperação activa, leal e construtiva entre a Ordem dos Despachantes Oficiais e a Autoridade Tributária e Aduaneira, orientada para a identificação dos constrangimentos existentes, a procura das melhores soluções técnicas e a salvaguarda da eficiência, da segurança jurídica e da credibilidade do sistema aduaneiro, tendo sempre prevalecido a defesa do interesse público. Neste contexto, a Ordem acompanhou o processo de forma próxima e exigente, defendendo uma implementação tecnicamente robusta dos novos sistemas, maior previsibilidade operacional e a adopção de adequados períodos de transição, numa lógica de colaboração institucional, responsabilidade partilhada e respeito mútuo, reconhecendo o papel central da Autoridade Tributária e Aduaneira enquanto entidade responsável pela modernização, pela estabilidade e pela sustentabilidade do sistema aduaneiro nacional, percurso que reafirmou um princípio estruturante da actuação no sector aduaneiro — todos somos

IMPORTA DESTACAR
A REALIZAÇÃO DO CURSO
DE ACESSO A
DESPACHANTE OFICIAL
2024/2025, ENQUANTO
INSTRUMENTO
ESTRUTURANTE PARA A
QUALIFICAÇÃO, RENOVAÇÃO
E CONTINUIDADE
DA PROFISSÃO,
ASSEGURANDO ELEVADOS
PADRÕES TÉCNICOS,
DEONTOLÓGICOS
E ÉTICOS NO ACESSO
À ACTIVIDADE.

Alfândega — segundo o qual a eficiência, a segurança e a credibilidade do sistema aduaneiro dependem de uma actuação articulada, responsável e tecnicamente qualificada de todos os seus intervenientes, unidos por um desígnio comum de legalidade, de protecção do interesse público e de facilitação do comércio legítimo. No exercício das funções de Bastonário, assumi como prioridade fundamental a defesa firme, clara e responsável da profissão de Despachante Oficial, promovendo o reforço da afirmação institucional da Ordem, a consolidação da sua credibilidade junto das entidades públicas e o aprofundamento da sua presença activa nos principais fóruns de decisão e reflexão do sector, sempre subordinando a actuação institucional ao interesse público e ao cumprimento da legalidade.

Neste quadro, importa destacar a realização do Curso de Acesso a Despachante Oficial 2024/2025, enquanto instrumento estruturante para a qualificação, renovação e continuidade da profissão, assegurando elevados padrões técnicos, deontológicos e éticos no acesso à actividade. Do mesmo modo, o Encontro Nacional da Ordem dos Despachantes Oficiais assumiu-se como um momento determinante de coesão, partilha e mobilização da classe, reafirmando a centralidade da Ordem enquanto espaço privilegiado de representação, diálogo e união profissional, ao serviço do interesse público aduaneiro.

No plano internacional, a co-organização da XVII Reunião Mundial de Direito Aduaneiro constituiu um marco relevante na afirmação institucional da Ordem dos Despachantes Oficiais, permitindo evidenciar o contributo qualificado dos profissionais portugueses no debate jurídico internacional e reforçar o posicionamento da Ordem enquanto parceiro activo, respeitado e credível na reflexão sobre o futuro do direito aduaneiro. Este envolvimento directo traduziu-se no aprofundamento das relações institucionais internacionais e no acompanhamento atento das principais tendências legislativas do sector. Acresce, ainda, a participação no Fórum Aduaneiro de Espanha, realizado em A Coruña, que contribuiu para o reforço da cooperação e do intercâmbio de experiências com entidades congéneres, numa perspectiva ibérica e europeia do sector aduaneiro.

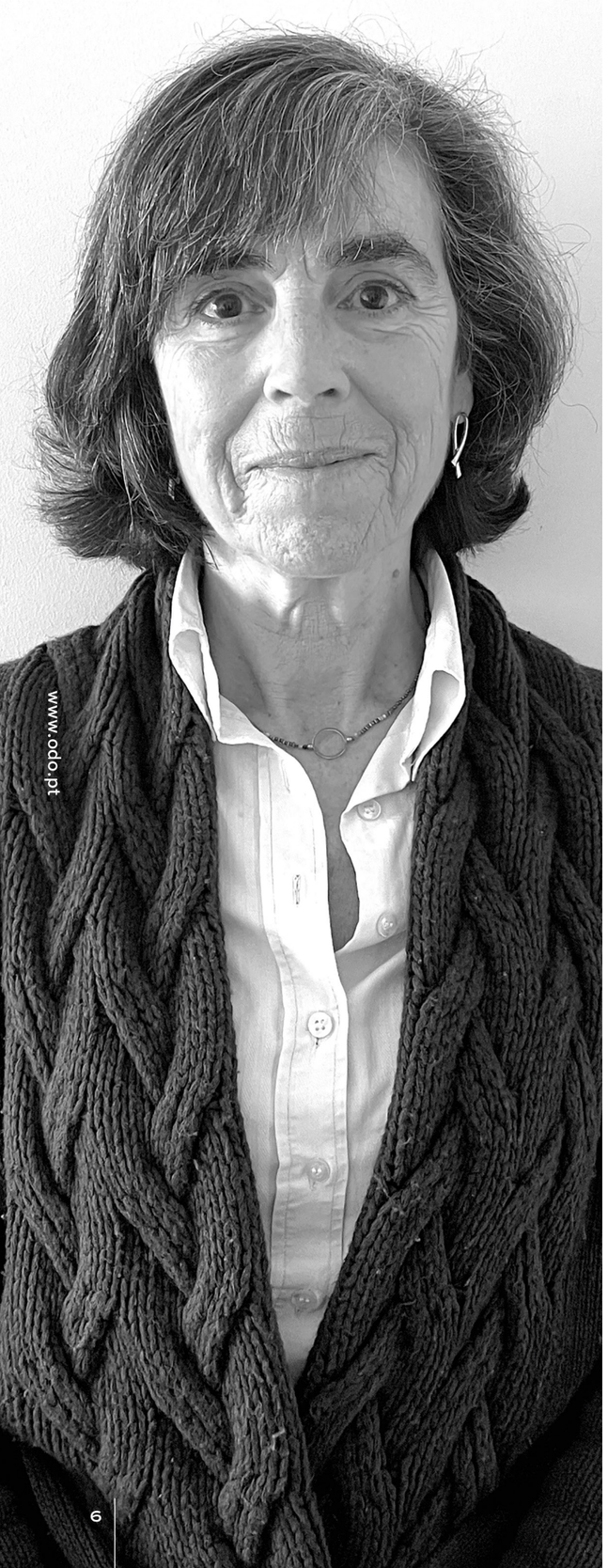
Ao longo de 2025, a Ordem manteve uma intervenção activa, consistente e tecnicamente fundamentada no acompanhamento legislativo, no diálogo institucional e na tomada de posições em matérias estruturantes para o exercício da profissão, com o objectivo de salvaguardar os legítimos interesses dos Despachantes Oficiais e de contribuir para a construção de um sistema aduaneiro mais eficiente, transparente e equilibrado, sempre norteado pela prevalência do interesse público e pela co-responsabilização de todos os seus intervenientes.

Reconhecemos que os desafios que se colocam à profissão são exigentes e, em muitos casos, de natureza estrutural. Contudo, é precisamente nestes momentos que se impõe a existência de uma Ordem forte, presente e determinada, capaz de representar, mobilizar e dignificar os Despachantes Oficiais. O caminho constrói-se com união, competência técnica, responsabilidade institucional e sentido de missão colectiva, num quadro em que o interesse público constitui o referencial último da actuação de todos.

Reitero, assim, o firme compromisso da Ordem dos Despachantes Oficiais em continuar a defender a profissão, a valorizar os seus profissionais e a afirmar, de forma clara, consequente e responsável, o seu papel indispensável no funcionamento do sistema económico e aduaneiro, sempre ao serviço do interesse público.

Deixo, por fim, uma palavra de reconhecimento e profundo agradecimento aos membros dos órgãos sociais, aos colaboradores da Ordem e a todos os Despachantes Oficiais, cujo profissionalismo, dedicação e elevado sentido de responsabilidade continuam a constituir a maior força e o mais sólido património desta instituição.

NO PLANO INTERNACIONAL,
A CO-ORGANIZAÇÃO DA
XVII REUNIÃO MUNDIAL
DE DIREITO ADUANEIRO
CONSTITUIU UM MARCO
RELEVANTE NA AFIRMAÇÃO
INSTITUCIONAL DA ORDEM
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS, PERMITINDO
EVIDENCIAR O CONTRIBUTO
QUALIFICADO
DOS PROFISSIONAIS
PORTUGUESES
NO DEBATE JURÍDICO
INTERNACIONAL.



Ana Cristina Trovão
SUBDIRETORA-GERAL DA ÁREA DE GESTÃO ADUANEIRA DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A DIGITALIZAÇÃO ADUANEIRA

A transformação digital constitui uma das mais profundas mudanças estruturais que as administrações públicas enfrentam no século XXI. No domínio aduaneiro, esta realidade assume particular relevância, considerando o papel central das alfândegas na fluidez do comércio internacional, na arrecadação de receitas fiscais, na proteção da sociedade e na segurança das cadeias logísticas internacionais.

O futuro das alfândegas será inevitavelmente digital. Mas não se tenham ilusões. Não é um processo simples nem célere, como já nos apercebemos.

As alfândegas não são uma ilha. Inserem-se numa cadeia logística complexa, pelo que digitalizar significa sempre contar com a colaboração dos parceiros que são parte integrante do processo. Sem essa colaboração não se colherão plenos benefícios da digitalização, antes pelo contrário.

Por outro lado, a desafiante dinâmica dos negócios e da evolução tecnológica tem como consequência que o processo será sempre um processo em curso. Nunca estará perfeito nem acabado.

A digitalização dos processos aduaneiros representa uma transformação estrutural do modelo de governação aduaneira, constituindo um instrumento essencial para responder aos desafios do comércio internacional contemporâneo. Os ganhos em eficiência, transparência e capacidade de controlo são inegáveis, permitindo às administrações aduaneiras desempenhar de forma mais eficaz as suas múltiplas funções.

Contudo, a modernização tecnológica não deve ser encarada apenas como uma questão operacional. Trata-se igualmente de um desafio jurídico que exige uma reflexão contínua sobre a proteção dos direitos dos operadores económicos, a segurança da informação, a interoperabilidade internacional, a legitimidade das decisões automatizadas, e o futuro dos trabalhadores.

O verdadeiro desafio consistirá em assegurar que essa evolução tecnológica seja acompanhada por um quadro jurídico sólido, capaz de promover simultaneamente a inovação, a segurança e a confiança no comércio internacional.

A digitalização aduaneira vai para além da tecnologia. Consiste numa verdadeira alteração paradigmática que afeta o modo como estamos habituados a trabalhar e a relacionarmo-nos, exigindo-nos que reflitamos como nos vamos adaptar à mudança.

DIGITALIZAR É UM PROCESSO COLABORATIVO

A crescente complexidade do comércio internacional, associada ao aumento exponencial do volume das trocas, à necessidade de maior

celeridade nos procedimentos, à crescente sofisticação dos esquemas de fraude, ao contexto geopolítico desafiante e inseguro atual, ameaçador da paz, soberania e economia dos países da União, determinou a adoção de estratégias revolucionárias no âmbito das alfândegas da União e bem assim de todo o ecossistema económico que servem.

Torna-se necessário implementar soluções tecnológicas inovadoras por parte das administrações aduaneiras que permitam que os 27 EM atuem como uma só, promovendo controlos aduaneiros mais assertivos e eficazes, possibilitando conceder facilidades no desalfandegamento aos operadores cumpridores, que serão a maioria, refinar a identificação dos incumpridores e reforçar o respetivo controlo. Neste contexto, a digitalização dos processos aduaneiros emerge não apenas como uma opção estratégica, mas também como uma necessidade imperativa para garantir a eficiência, a transparência e a competitividade económica.

Não estamos perante um processo autónomo e isolado. Digitalizar é um processo colaborativo que tem necessariamente de envolver todos os intervenientes da cadeia logística em que se insere, a jusante e a montante.

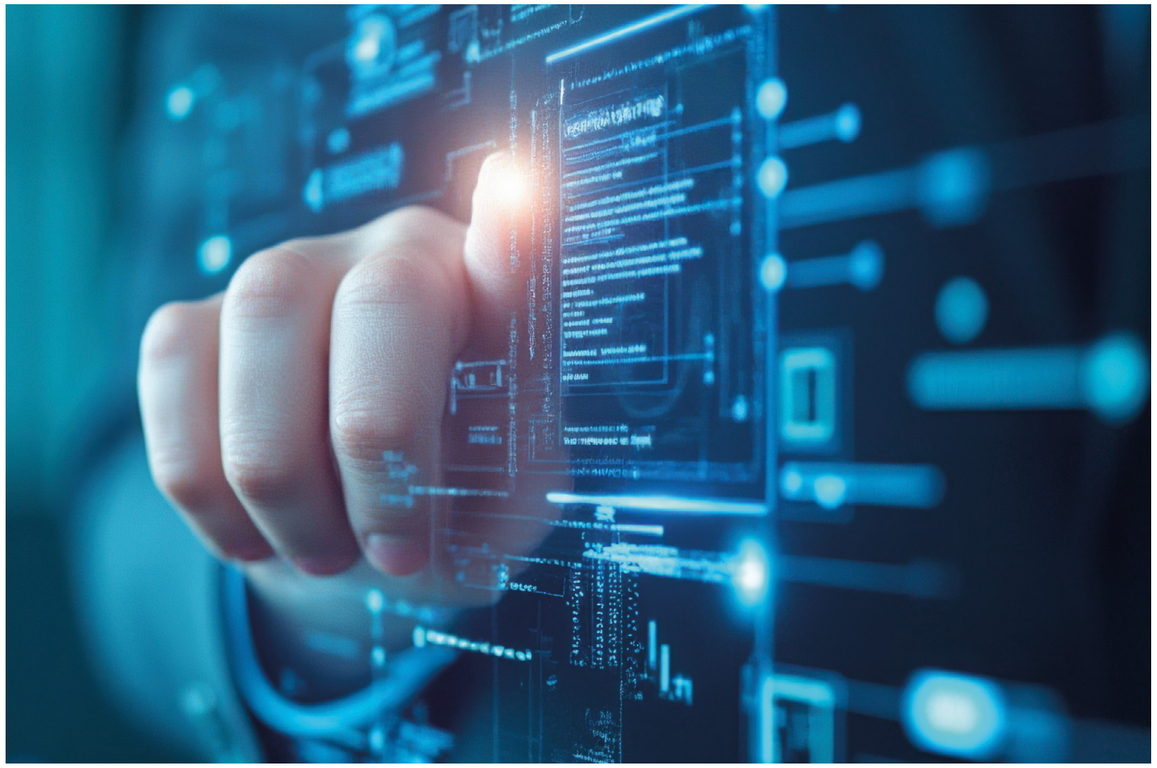
Cada elo da cadeia é chamado a intervir, adaptando os seus próprios sistemas, uniformizando e fornecendo dados atempadamente, corretos, fiáveis e coerentes.

Contribuindo também para testar, identificar erros e aconselhar antes da entrada em produção das aplicações.

Esta parceria é de vital importância pois sem coerência de dados, as aplicações não permitem o desalfandegamento e sem a fiabilidade dos mesmos não é possível facilitar procedimentos.

Se tal não acontecer corre-se o risco de se desperdiçar um dos melhores contributos que a digitalização nos pode oferecer enquanto sociedade, previsibilidade e fiabilidade.

Frisamos que todos os intervenientes na cadeia logística são parte no processo, devem garantir a correção da informação que prestam, assegurando que o processo flui sem sobressaltos. Deste modo são co- responsáveis pelo desenlace final do mesmo.



> DIGITALIZAR É UM PROCESSO COLABORATIVO QUE TEM NECESSARIAMENTE DE ENVOLVER TODOS OS INTERVENIENTES DA CADEIA LOGÍSTICA EM QUE SE INSERE, A JUSANTE E A MONTANTE.

A necessidade de colaboração por parte de todos os intervenientes na cadeia ficou bem patente nos momentos que se seguiram à entrada das aplicações e foi a base para a eficaz ultrapassagem de muitos constrangimentos. Desde já publicamente agradecemos a todos os que, no meio de tempos bem difíceis souberam concentrar esforços para progredirmos na direção do futuro.

As plataformas janela única ("Single Window") e os mecanismos de intercâmbio de dados entre autoridades representam alguns dos instrumentos que materializam a transformação em curso.

No contexto europeu, o processo de digitalização encontra o seu principal fundamento normativo no Regulamento (UE) n.º 952/2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União (CAU), no qual se estabelece um ambiente aduaneiro inteiramente eletrónico, assente na desmaterialização das comunicações e na uniformização dos procedimentos entre os Estados-Membros.

A digitalização de procedimentos aduaneiros nacional foi enquadrada no programa da União Europeia MASP que fixou as aplicações a implementar, o respetivo modelo de dados e balizou no tempo a conclusão das passagens a produção

Trata-se de um programa ambicioso complexo e altamente exigente uma vez que abarca o procedimento aduaneiro no seu todo incluindo a ligação entre aplicações e sistemas vários.

A maioria dos projetos a implementar ao abrigo do CAU tinha como limite o ano de 2025, o que determinou que o fim desse ano tivesse sido particularmente exigente com a acumulação de entrada de várias aplicações e bastantes alterações, não permitindo um desejável faseamento, o que

> O FUTURO DAS ALFÂNDEGAS SERÁ INEVITAVELMENTE DIGITAL.

ocasionou um maior impacto nas operações de desalfandegamento. Foi um tempo difícil.
Demasiada pressão não apenas nos operadores económicos, mas igualmente nos trabalhadores aduaneiros.
Para se ter uma ideia da dimensão do projeto podemos afirmar que nenhuma área de intervenção aduaneira ficou intocada. Os projetos desenvolvidos no âmbito do CAU, abarcaram os sistemas declarativos de importação, exportação e trânsito, os sistemas de análise de risco, a que se juntaram os sistemas de liquidação e cobrança.
Paralelamente a administração portuguesa que já detinha uma janela única portuária, sonhou digitalizar todo o procedimento aduaneiro desde o carregamento da mercadoria na origem (ICS) até à sua saída do ADT, e assim foi desenhado o SIMTeM que substituiu o SDS e acompanha o fluxo de mercadoria de inicio ao fim do circuito e interliga com sistemas declarativos aduaneiros com as aplicações de operadores económicos, depositários, administrações portuárias e aeroportuárias, de modo a que autorizações e pedidos sejam todos processados de forma eletrónica.
Mas o processo ainda não terminou. A área dos IEC e do POSEI ainda não foi integrada no novo sistema declarativo DAIN. As DSS e as NR aguardam a sua vez. Constrangimentos vários, alguns imputáveis à administração mas outra parte, não negligenciável, devida a omissões ou erro declarativos por parte dos operadores intervenientes, ainda impossibilitam a certificação de saída da exportação automática. Mantêm-se planos de continuidade na via aérea e a via rodoviária ainda não entrou no pacote.
Neste momento estão em desenvolvimento os módulos do desalfandegamento centralizado e da Prova de Estatuto.
Ainda o processo de digitalização saído do Código Aduaneiro da União não está terminado e já nova revolução se avizinha.
A reflexão estratégica sobre o futuro das alfândegas europeias foi amplamente influenciada pelo relatório do grupo de reflexão Wise Persons Group on the Reform of the EU Customs Union, publicado sob a designação Customs 2030.
As conclusões saídas deste grupo permitiram superar a visão do Código aduaneiro da União e impulsionaram a atual reforma da União Aduaneira, consubstanciada na aprovação do novo Código no âmago da qual se encontra a instituição de uma Autoridade Aduaneira (EUCA), de um DATA HUB central e um novo regime de comércio eletrónico.
Irá assistir-se a uma progressiva alteração radical do paradigma de uma alfândega centrada em declarações para uma alfândega liderada por dados residentes no DATA HUB central, comum a todos os EM, permitindo uma análise de risco mais direcionada e eficaz.
A utilização de sistemas de análise avançada de dados (big data analytics) poderá contribuir para uma fiscalização mais inteligente e menos intrusiva, compatibilizando os objetivos de controlo com a necessidade de agilização dos fluxos comerciais.
A implementação da figura do AEO Trust & Check, como aquele operador que garante fiabilidade e dispõe de sistemas eletrónicos que, ligados ao DATA HUB comuniquem as suas operações em tempo real à autoridade aduaneira, possibilitando assim conferir-lhe poderes para fazer um auto desalfandegamento, vem abrir novos horizontes às empresas, atribuindo-lhes, em contrapartida, responsabilidades acrescidas.
A digitalização aduaneira tem como objetivo igualmente proteger a soberania económica da União e garantir a concorrência leal, impulsionando o desenvolvimento do tecido empresarial europeu.
As alfândegas são a porta de entrada no território, e portanto, essenciais no combate à entrada de produtos não conformes e mesmo perigosos quer para as pessoas quer para com o meio ambiente.
A crescente tomada de consciência da importância desta matéria, que vem já do Regulamento (EU) 2019/1020, e a consideração da vasta e complexa realidade que abrange, reforça a conclusão de que a digitalização aduaneira só é otimizada se conectada com a dos seus parceiros na cadeia logística. A janela única aduaneira da união – EUCWS CERTEX -, instituída pelo Regulamento (EU)2022/2399 visa interligar os sistemas declarativos aduaneiros aos sistemas das diversas autoridades reguladoras de mercado interno, emissoras de licenças ou autorizações prévias ao desalfandegamento.
A proposta da Comissão Europeia para um Regulamento Europeu de Produto (EPA-European Product ACT) integra um pacote legislativo que irá regulamentar a entrada de produtos no território aduaneiro da União, inclusivamente criar um passaporte digital de produto que permita às alfândegas identificar situações de não conformidade e impedir a entrada desses produtos no território.
Encontra-se ainda em curso a revisão do regulamento (EU) 2021/1121, a fim de detalhar a informação estatística a constar da plataforma ICSMS, sendo até 1 de janeiro de 2028 os Estado Membros terão de se interconectar com a plataforma e trocar dados sobre produtos sujeitos a proibições e restrições de entrada.

> AINDA O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO SAÍDO DO CÓDIGO ADUANEIRO DA UNIÃO NÃO ESTÁ TERMINADO E JÁ NOVA REVOLUÇÃO SE AVIZINHA.

O QUE SE ESPERA OBTER DA DIGITALIZAÇÃO

A desmaterialização reduz custos administrativos, minimiza erros de preenchimento, acelera o desalfandegamento das mercadorias e aumenta a previsibilidade das operações logísticas.



Permite igualmente uma melhor gestão da conformidade aduaneira, contribuindo para a redução dos riscos associados a incumprimentos involuntários.
A utilização de ferramentas de inteligência artificial, análise de dados e gestão de risco permite concentrar recursos nos movimentos de maior risco e incrementar a eficácia dos controlos.
Apesar das vantagens evidentes, a digitalização, a utilização de inteligência artificial e a interligação de sistemas suscitam importantes questões jurídicas, éticas e de segurança que exigem reflexão e adaptação normativa.
Uma das principais preocupações relaciona-se com a proteção de dados pessoais e comerciais.



João Morgado Macedo
VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DA ODO

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ADUANEIRA E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE A ODO E A AT

2025 – O ANO DE TODAS AS MUDANÇAS

O ano de 2025 ficará inevitavelmente marcado como um dos mais exigentes para todos os intervenientes no comércio internacional em Portugal. No âmbito do calendário europeu de implementação do Código Aduaneiro da União (CAU), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) promoveu a entrada em funcionamento de um conjunto alargado de novos sistemas electrónicos, substituindo progressivamente aplicações que durante muitos anos suportaram os procedimentos aduaneiros nacionais e com as quais todos os intervenientes estavam plenamente adaptados.

Não se tratou de uma simples actualização informática mas sim de uma profunda alteração dos modelos de comunicação entre Operadores Económicos, Despachantes Oficiais e Administração Aduaneira, impondo novas estruturas de dados, novas regras de validação e uma adaptação significativa dos softwares utilizados pelo sector.

Nunca, num espaço temporal tão curto, tinham coexistido tantas alterações estruturais nos sistemas aduaneiros portugueses.

A INEVITABILIDADE DOS CONSTRANGIMENTOS

Transformações desta dimensão dificilmente poderiam ocorrer sem impactos operacionais.

Sobretudo durante o último trimestre de 2025 verificaram-se diversos constrangimentos decorrentes da entrada em produção sucessiva dos novos sistemas.

A própria Autoridade Tributária e Aduaneira reconheceu oficialmente a existência dessas dificuldades, tendo inclusivamente prolongado o período transitório dos sistemas DSS-CAU e NR-CAU devido aos problemas identificados durante a fase inicial de implementação.

Também na implementação do SAL-Garantias foram anunciadas indisponibilidades programadas dos sistemas relacionados com garantias, obrigando à utilização de procedimentos de contingência e, em determinados períodos, ao recurso a formalidades não electrónicas.

No domínio da importação, a AT publicou planos de continuidade, prevendo diversos cenários de indisponibilidade simultânea do SiMTeM, STADAIMPCAU-DAIN, STADA EXP-CAU, SAL e res-

APESAR DAS DIFICULDADES SENTIDAS, FICOU IGUALMENTE DEMONSTRADO QUE A COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E A ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS CONSTITUI UM FACTOR DECISIVO PARA O SUCESSO DESTES PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO.



tantes aplicações, estabelecendo procedimentos alternativos para assegurar que o desalfandegamento das mercadorias não fosse interrompido.
Finalmente, em Dezembro de 2025, a transição definitiva para o novo ambiente de exportação motivou novo aviso oficial da Autoridade Tributária, alertando para:

- instabilidade expectável dos sistemas;
- alteração das regras de preenchimento das declarações;
- necessidade de anulação automática de determinadas declarações submetidas antes da migração;
- utilização temporária do antigo STADAEXP como plano de continuidade.

Estes comunicados demonstram que a própria Administração Aduaneira estava consciente da complexidade técnica da transição.

O IMPACTO NOS DESPACHANTES OFICIAIS

Para os Despachantes Oficiais, os efeitos fizeram-se sentir diariamente.
Novos códigos de erro. Novas validações.
Alterações frequentes dos manuais técnicos que, à partida, manifestavam ser manifestamente insuficientes.
Adaptações urgentes dos softwares.
Pedidos de esclarecimento constantes por parte das empresas importadoras e exportadoras.
Tudo isto obrigou a uma enorme capacidade de adaptação por parte dos Despachantes Oficiais.
Importa reconhecer que, apesar das dificuldades, o comércio internacional português continuou a funcionar. As mercadorias continuaram a circular e os profissionais do sector encontraram soluções para minimizar os impactos operacionais.

O PAPEL DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Foi precisamente neste contexto que a Ordem dos Despachantes Oficiais (ODO) assumiu um papel particularmente relevante.
Enquanto entidade representativa da profissão, a ODO funcionou como verdadeiro interlocutor institucional entre os profissionais no terreno e a Autoridade Tributária e Aduaneira.
Ao longo deste período foram recolhidas inúmeras situações reportadas pelos Despachantes Oficiais, identificando:

- erros sistémicos;
- dificuldades interpretativas;

NUNCA, NUM ESPAÇO TEMPORAL TÃO CURTO, TINHAM COEXISTIDO TANTAS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NOS SISTEMAS ADUANEIROS PORTUGUESES.

- inconsistências entre os manuais e o funcionamento efectivo das aplicações;
- necessidades de clarificação técnica.

Essas situações foram transmitidas de forma estruturada aos serviços da AT, permitindo uma identificação célere dos problemas e contribuindo para a sua resolução. Mais do que uma representação institucional, tratou-se de um verdadeiro trabalho de cooperação técnica.

UMA RELAÇÃO DE PARCERIA INSTITUCIONAL

Importa salientar que esta articulação decorreu num espírito de colaboração.
A implementação dos sistemas europeus constitui uma obrigação decorrente do Código Aduaneiro da União e representa um enorme desafio tecnológico para todas as administrações aduaneiras europeias.
Perante essa realidade, a resposta não poderia assentar numa lógica de confronto, mas sim numa relação de parceria entre Administração e utilizadores.
Foi precisamente isso que se verificou.
Sempre que surgiram constrangimentos relevantes, existiu abertura para o diálogo técnico, realização de reuniões de acompanhamento, análise conjunta das dificuldades e procura de soluções que permitissem assegurar a continuidade das operações.
Este modelo de cooperação revelou-se fundamental para reduzir o impacto dos problemas inevitavelmente associados a uma transformação desta dimensão.

LIÇÕES PARA O FUTURO

A experiência de 2025 deixa várias conclusões importantes.
Em primeiro lugar, confirma que a modernização tecnológica das alfândegas é indispensável para acompanhar a evolução do comércio internacional e cumprir os requisitos europeus.
Em segundo lugar, evidencia que projectos desta dimensão exigem períodos de adaptação suficientemente alargados, comunicação permanente e mecanismos eficazes de contingência.
Finalmente, demonstra que a existência de uma organização profissional forte, tecnicamente preparada e próxima da Administração constitui uma mais-valia para todo o sistema aduaneiro.
A colaboração institucional entre a Ordem dos Despachantes Oficiais e a Autoridade Tributária e Aduaneira permitiu enfrentar um dos momentos mais exigentes da modernização das alfândegas portuguesas, contribuindo para que os problemas fossem identificados rapidamente, comunicados de forma estruturada e progressivamente resolvidos.



A entrada em funcionamento de múltiplos sistemas electrónicos, a adaptação ao novo modelo do Código Aduaneiro da União e os constrangimentos inevitavelmente associados à mudança colocaram à prova toda a comunidade aduaneira.

Apesar das dificuldades sentidas, ficou igualmente demonstrado que a cooperação entre Administração Aduaneira e a Ordem dos Despachantes Oficiais constitui um factor decisivo para o sucesso destes processos de transformação.

A experiência adquirida ao longo de 2025 representa hoje um importante património de conhecimento que permitirá enfrentar, com maior preparação, as próximas etapas da digitalização aduaneira europeia.

Que a implementação das futuras alterações que se avizinham não se faça sob o signo da surdez-mudez mas sim sob o signo da cooperação institucional reforçada que se verificou recentemente.

CONCLUSÃO

O ano de 2025 ficará certamente registado como um marco na história recente das alfândegas portuguesas.

www.odo.pt

AGP
ADRIANO GOMES PINHAL
ADELINO MARQUES PEREIRA
REPRESENTAÇÃO ADUANEIRA, LOGÍSTICA & TRANSPORTES, LDA

adespachante OFICIAL
Rosa Giesteira de Sá
Despachante Oficial
geral@adespachante.pt
+351 935 545 800
Cédula Profissional 0670
NIF 207 516 367
ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS www.odo.pt
CICAP - Resolução Alternativa de Litígios de Consumo www.cicap.pt
Elogios e Reclamações www.livroreclamacoes.pt

MANUEL & PEDRO AMARAL, Despachantes Oficiais, SP, Lda.
Manuel & Pedro Amaral, Despachantes Oficiais, SP, Lda.
Morada:
Rua Sarmento Beires, 33 - Loja B
1900-411 Lisboa
Email: pedroamaral@mpamaral.com.pt
Telefones: +351 218 650 440/48
Telemóvel: +351 936550473

Rangel LOGISTICS SOLUTIONS
Customs Broker
Serviços Aduaneiros
www.rangel.com
• Consultoria Aduaneira
• Importação/Exportação
• Impostos Especiais de Consumo
• Formação
PORTUGAL | ANGOLA | BRASIL | CABO VERDE | MÉXICO | MOÇAMBIQUE | ÁFRICA DO SUL | TANZÂNIA | ZÂMBIA

DESPACHANTE OFICIAL ABF ALFÂNDEGA DO PORTO
Alfredo B. Fonseca
Despachante Oficial, Lda
Alfredo Barbosa de Fonseca – AEO - PTAEOC20190040900
Pedro Antonio Monteiro da Fonseca – AEO - PTAEOC20190043900
PME líder
Authorized Economic Operator
Rua da Estrada, Nº 258
4470-600 Moreira Maia
Telf: 351 229 419 405 / E-mail: pedro.fonseca@abfdesp.pt
Contribuinte 501 518 134
Estatuto de PME Líder 2012



Pedro Ó Ramos
PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE

PORTO DE SINES ACELERA NA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO E DA INOVAÇÃO

O Porto de Sines tem vindo a afirmar-se como uma infraestrutura-chave na fachada ibero-atlântica, com uma trajetória que cruza as rotas da descarbonização, inovação tecnológica e competitividade.
Num contexto de profunda transformação do setor marítimo-portuário, o Porto de Sines posiciona-se como um porto preparado para responder às exigências da transição energética e às novas dinâmicas das cadeias logísticas internacionais.

UMA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DE FUTURO

Com uma localização geoestratégica única e uma capacidade de expansão sem constrangimentos urbanos, o Porto de Sines dispõe de condições únicas para crescer de forma planeada e sustentada. Esta vantagem está a impulsionar projetos estruturantes de operações, armazenagem e abastecimento de novos combustíveis, em especial derivados de hidrogénio verde, afirmando Sines na linha da frente da nova economia energética.

A ligação entre porto, indústria e rede logística tem sido decisiva para consolidar um hub integrado capaz de responder à produção, transformação e exportação destes novos combustíveis. A criação de corredores verdes marítimos, como o estabelecido no memorando entre Sines–Roterdão–Duisport, é disso exemplo, ao permitir estruturar cadeias logísticas sustentáveis para a movimentação de combustíveis alternativos.

INOVAÇÃO COM IMPACTO REAL

A inovação é hoje um dos pilares estratégicos do Porto de Sines, materializando-se em projetos concretos e em resultados operacionais já evidentes. A realização da primeira operação ship-to-ship de abastecimento de GNL em Portugal, em julho de 2025, constituiu um marco simbólico e operacional, comprovando a capacidade do porto para integrar combustíveis de transição e desenvolver novos serviços energéticos. De facto, esta nova oferta do porto aos seus clientes tem já resultados bastante consistentes, tendo catapultado Sines para o Top 10 europeu do abastecimento de GNL ship-to-ship, com 46,8

mil m³ abastecidos nos primeiros quatro meses do ano, posicionando Sines na 8.ª posição europeia neste segmento estratégico da transição energética marítima. Até à data, foram já efetuadas 32 operações, num segmento de negócio que prevemos continue a crescer.

Paralelamente, a digitalização assume um papel central na otimização dos processos portuários e logísticos, reforçando a eficiência operacional e a capacidade de resposta a um mercado global cada vez mais exigente.

A Agenda NEXUS é um exemplo concreto desta transformação no Porto de Sines. Financiada pelo PRR, esta agenda integra serviços e produtos orientados para a descarbonização, a digitalização e a modernização operacional. Estes produtos, atualmente numa fase final de desenvolvimento, visam reforçar a capacidade do porto para incorporar soluções tecnológicas mais eficientes, sustentáveis e competitivas, consolidando a aposta em soluções inteligentes de gestão e automação, numa rede de cooperação entre entidades da cadeia logística, portuária e académica.

Também a presença em fóruns internacionais e a ligação a redes de inovação têm reforçado a projeção do Porto de Sines como hub de soluções para o setor marítimo e logístico.





NO PLANO ENERGÉTICO, O PORTO DE SINES ESTÁ A PREPARAR-SE PARA ALCANÇAR A AUTOSSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA ATÉ 2045, ASSUMINDO UMA ESTRATÉGIA AMBICIOSA APOIADA NA INTEGRAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS, NA PRODUÇÃO FOTOVOLTAICA E EM SOLUÇÕES ENERGÉTICAS INOVADORAS.

CIBERSEGURANÇA COMO PEÇA-CHAVE NA TRANSIÇÃO DIGITAL PORTUÁRIA

Uma das soluções passa por uma dimensão incontornável para a resiliência portuária: a cibersegurança. A Port Cyber Arena, criada no âmbito da Agenda NEXUS, constitui uma resposta concreta a este desafio, ao disponibilizar formação especializada, simulações práticas e partilha de conhecimento na área da cibersegurança e da ciber resiliência. Esta aposta reforça a preparação do Porto de Sines para enfrentar riscos operacionais e proteger infraestruturas críticas, num contexto em que a segurança digital é já um fator determinante de competitividade.

SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA COMO PRIORIDADE

No plano energético, o Porto de Sines está a preparar-se para alcançar a autossuficiência energética até 2045, assumindo uma estratégia ambiciosa apoiada na integração de fontes renováveis, na produção fotovoltaica e em soluções energéticas inovadoras.

A entrada em funcionamento da nova subestação, em abril de 2026, representa um passo decisivo neste caminho. Esta infraestrutura reforça a robustez da rede elétrica e cria condições para sustentar o crescimento do porto, permitindo à APS responder de forma progressiva aos desafios da transição energética e da descarbonização, através da integração de fontes de energia renovável, soluções de armazenamento e sistemas inteligentes de gestão de energia, reforçando a sustentabilidade e a competitividade do Porto de Sines.

Adicionalmente, a implementação de sistemas de fornecimento de energia elétrica a navios atracados (Onshore Power Supply) permitirá reduzir significativamente as emissões durante as operações portuárias, contribuindo para um modelo mais sustentável.

REFORÇO DE PRESENÇA NO *HINTERLAND* IBÉRICO

O reforço da quota de mercado mantém-se como uma prioridade estratégica para o Porto de Sines, em particular no eixo ibérico. A modernização das ligações ferroviárias e rodoviárias, com destaque para o corredor Sines–Évora–Elvas–Madrid, abre uma nova fase na conectividade do porto ao *hinterland* espanhol e europeu, reduzindo tempos de transporte e aumentando a competitividade de Sines junto dos principais mercados ibéricos.

Mais do que um porto de passagem, Sines quer afirmar se como um centro de produção, transformação e redistribuição de carga e energia. A articulação entre inovação e digitalização, investimento portuário, desenvolvimento industrial e capacidade logística está a consolidar um novo posicionamento estratégico, alinhado com os desafios lançados pelo União Europeia, ao nível do Pacto Ecológico Europeu, com vista à descarbonização do *shipping*.



José Carlos Raposo Barbosa
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DESPACHANTES ADUANEIROS – FEADUANEIROS – BRASIL

O ACORDO MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA E A COOPERAÇÃO BRASIL–PORTUGAL

DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O PAPEL ESTRATÉGICO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS

O comércio internacional vive um momento de profundas transformações. A reorganização das cadeias globais de suprimentos, os conflitos geopolíticos, a digitalização dos processos aduaneiros, as exigências ambientais e a busca crescente por segurança e conformidade passaram a ocupar posição central nas relações econômicas entre os países.

Nesse contexto, o futuro Acordo Mercosul/União Europeia representa uma das mais importantes iniciativas de integração econômica das últimas décadas, envolvendo um mercado superior a 700 milhões de consumidores e aproximando duas regiões historicamente ligadas por relações culturais, econômicas e institucionais.

Para o Brasil e Portugal, esse cenário possui significado ainda mais especial. Mais do que parceiros comerciais, somos nações irmãs, unidas por laços históricos, culturais e linguísticos que facilitam o diálogo institucional, empresarial e técnico. Essa proximidade natural cria condições extremamente favoráveis para o fortalecimento da cooperação bilateral no âmbito aduaneiro, logístico e comercial.

A eventual consolidação do acordo entre Mercosul e União Europeia tende a produzir impactos relevantes sobre os fluxos de importação e exportação, estimulando novos investimentos, ampliando a competitividade e promovendo maior integração entre empresas e operadores econômicos dos dois blocos.

Naturalmente, a ampliação do comércio internacional também exigirá maior eficiência dos controles aduaneiros, maior segurança jurídica e processos cada vez mais modernos, transparentes e digitalizados. Nesse ambiente, ganha ainda mais relevância o papel desempenhado pelos Despachantes Aduaneiros no Brasil e pelos Despachantes Oficiais em Portugal.

Esses profissionais exercem função estratégica dentro da cadeia logística internacional, atuando como importantes facilitadores do comércio exterior, promovendo segurança técnica, conformidade legal e eficiência operacional nas operações aduaneiras.

O avanço dos programas de conformidade, da gestão de riscos, da digitalização documental e dos sistemas integrados de comércio exterior

www.odo.pt

> O FUTURO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL PASSARÁ, NECESSARIAMENTE, PELA INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA.

exige profissionais cada vez mais qualificados e preparados para atuar em um ambiente regulatório complexo e em constante evolução.
No Brasil, temos acompanhado importantes mudanças estruturais, como a implantação gradual da DUIMP – Declaração Única de Importação, a modernização do Portal Único de Comércio Exterior e o fortalecimento dos mecanismos de gerenciamento de risco e compliance aduaneiro. Essas transformações aproximam o comércio exterior brasileiro das melhores práticas internacionais e reforçam a necessidade de valorização dos profissionais que atuam diretamente nesse processo.
Da mesma forma, Portugal vem desempenhando papel extremamente relevante como importante porta de entrada da Europa, especialmente pela posição estratégica de seus portos e pela crescente integração logística entre Europa, África e América do Sul.
Nesse cenário, a cooperação entre as entidades representativas dos Despachantes Aduaneiros brasileiros e dos Despachantes Oficiais portugueses torna-se fundamental para o intercâmbio de experiências, fortalecimento institucional e construção de soluções comuns para os desafios do comércio internacional contemporâneo.
A troca de conhecimentos técnicos, a realização de eventos conjuntos, o diálogo permanente entre as entidades e o compartilhamento de boas práticas podem contribuir significativamente para a modernização das atividades aduaneiras em nossos países.





Além disso, torna-se cada vez mais importante ampliar a participação das entidades representativas nos debates internacionais sobre facilitação do comércio, digitalização aduaneira, sustentabilidade logística e segurança das cadeias globais.
O mundo exige hoje operadores econômicos e profissionais preparados para atuar não apenas com eficiência operacional, mas também com responsabilidade, ética, transparência e elevado padrão de conformidade.
O futuro do comércio internacional passará, necessariamente, pela integração tecnológica, pela harmonização de procedimentos e pela construção de relações institucionais sólidas entre governos, empresas e entidades representativas.
Brasil e Portugal possuem todas as condições para aprofundar essa cooperação estratégica, fortalecendo não apenas as relações comerciais entre nossos países, mas também o papel dos profissionais aduaneiros como agentes essenciais para o desenvolvimento econômico, a segurança jurídica e a facilitação do comércio internacional.

> MAIS DO QUE UMA APROXIMAÇÃO COMERCIAL, TRATA-SE DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM E PELO COMÉRCIO.

Tenho convicção de que o fortalecimento das relações entre Mercosul e União Europeia abrirá novas oportunidades para nossas economias e para os profissionais do setor aduaneiro, exigindo cada vez mais união, diálogo institucional e cooperação internacional.
Mais do que uma aproximação comercial, trata-se da construção de uma agenda comum de desenvolvimento, modernização e integração entre povos historicamente ligados pela cultura, pela língua e pelo comércio.



www.odo.pt

Gabriel Gambaro
PRESIDENTE DE ADAU
PRESIDENTE DE ASAPRA

LA VISIÓN DE LOS DESPACHANTES DE ADUANA DE URUGUAY FRENTE AL FUTURO ACUERDO MERCOSUR – UNIÓN EUROPEA

Hablar del Acuerdo entre el Mercosur y la Unión Europea desde Uruguay implica hacerlo desde una realidad particular. A diferencia de lo que ocurre en otros países del bloque, donde el debate suele estar marcado por fuertes tensiones entre los distintos sectores económicos, en Uruguay existe desde hace muchos años un amplio consenso acerca de la importancia estratégica de avanzar hacia una mayor apertura comercial y una inserción internacional más profunda.

Ese consenso trasciende a los distintos gobiernos y también alcanza a buena parte del sector empresarial y exportador. La explicación probablemente radique en una característica estructural de nuestro país: Uruguay es una economía pequeña, abierta y profundamente dependiente del comercio exterior. Su mercado interno resulta insuficiente para sostener el crecimiento económico, por lo que el acceso a nuevos mercados ha sido históricamente una política de Estado.

Por ello, el futuro Acuerdo Mercosur – Unión Europea ha sido visto mayoritariamente como una oportunidad para fortalecer esa inserción internacional. La posibilidad de acceder en mejores condiciones a uno de los mercados más importantes, estables y sofisticados del mundo representa una oportunidad difícil de ignorar para un país cuya competitividad depende, en buena medida, de su capacidad para exportar.

Las expectativas son particularmente favorables para sectores donde Uruguay posee ventajas competitivas consolidadas, como la carne bovina, el arroz, la lana, los productos forestales y diversos alimentos de origen agropecuario. Al mismo tiempo, el acuerdo es percibido como una herramienta que contribuiría a diversificar mercados de destino, disminuyendo la elevada dependencia que actualmente mantienen nuestras exportaciones respecto de algunos socios comerciales, particularmente China y Brasil.

Diversos estudios realizados en Uruguay también proyectan efectos positivos sobre el crecimiento económico, el empleo, la inversión y la reducción de la pobreza en el largo plazo, aunque naturalmente tales proyecciones están sujetas a la forma en que el acuerdo sea implementado y aprovechado por los distintos actores económicos.

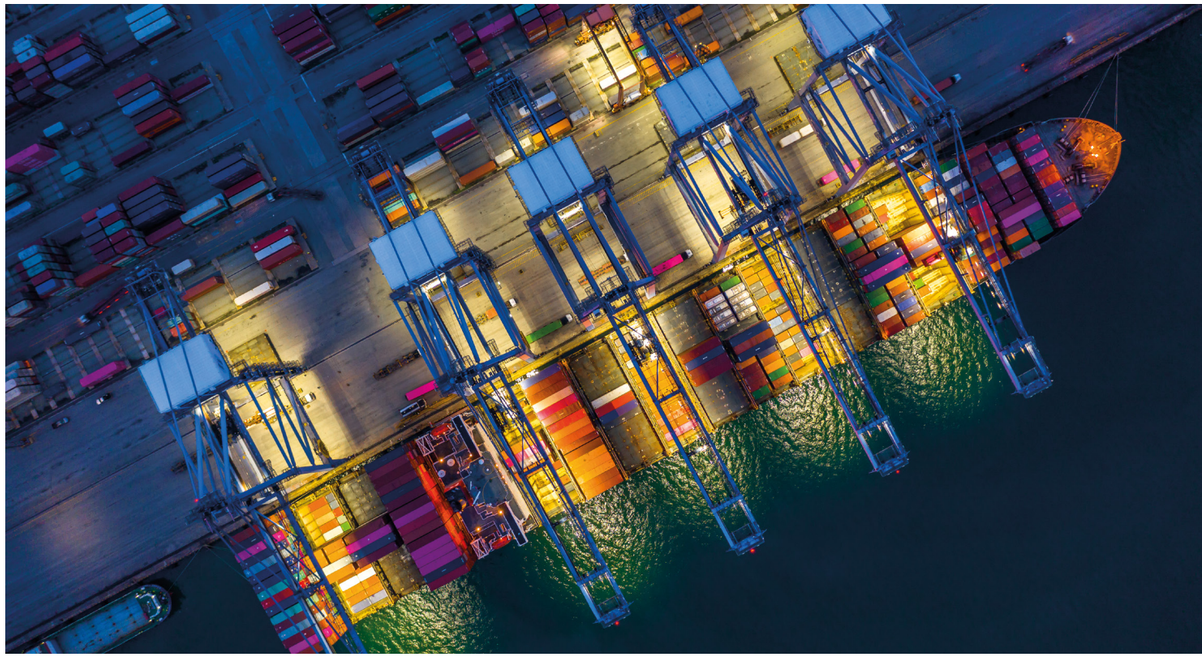
www.odo.pt

LOS ACUERDOS COMERCIALES SE NEGOCIAN ENTRE ESTADOS, PERO SU ÉXITO SE CONSTRUYE CADA DÍA EN LAS ADUANAS.

Sin embargo, desde la óptica de quienes trabajamos diariamente en la operativa aduanera, sería un error interpretar este acuerdo únicamente como un instrumento para reducir aranceles.
La experiencia demuestra que los acuerdos comerciales comienzan verdaderamente cuando finalizan las negociaciones. Es en ese momento cuando las disposiciones jurídicas deben transformarse en operaciones concretas, y allí adquieren especial relevancia todos aquellos profesionales que participan diariamente en el comercio internacional.



Los Despachantes de Aduana conocemos bien esa realidad, somos quienes debemos interpretar correctamente las reglas de origen, verificar el cumplimiento de los requisitos documentales, asesorar sobre clasificación arancelaria, asegurar el cumplimiento de las regulaciones técnicas y acompañar a importadores y exportadores en un entorno normativo cada vez más complejo.
En los últimos años, además, el comercio internacional ha incorporado nuevas exigencias que trascienden ampliamente la cuestión arancelaria. La trazabilidad de las cadenas productivas, las certificaciones ambientales, los requisitos sanitarios y fitosanitarios, las regulaciones vinculadas a la sostenibilidad y la digitalización de los procedimientos aduaneros constituyen hoy elementos tan importantes como las propias preferencias comerciales.
Precisamente allí radica uno de los mayores desafíos que este acuerdo plantea para Uruguay. La posibilidad de acceder preferencialmente al mercado europeo irá acompañada de estándares regulatorios particularmente exigentes. Adaptarse a ellos demandará inversiones, capacitación y un esfuerzo coordinado entre el sector público y el privado.
Existe además un elemento que, desde nuestra perspectiva profesional, resulta especialmente valioso. Este acuerdo no solo acercará mercados, sino que también fortalecerá los vínculos entre las instituciones y los profesionales que participan diariamente en el comercio internacional.
En ese sentido, la histórica relación de cooperación entre las Asociaciónes que integran ASAPRA constituye un ejemplo del camino que debemos seguir profundizando. Compartimos una misma vocación por la profesionalización, la ética, la capacitación permanente y la facilitación del comercio. Intercambiar experiencias sobre digitalización aduanera, certificación de origen, gestión del riesgo, nuevas tecnologías y mejores prácticas contribuirá sin duda a que nuestros profesionales puedan afrontar con mayores herramientas los desafíos que traerá consigo la implementación del acuerdo.



Estoy convencido de que el éxito del Acuerdo Mercosur – Unión Europea no dependerá únicamente de su entrada en vigor. Su verdadero impacto estará determinado por la forma en que logremos implementarlo y aprovecharlo.
Los Despachantes de Aduana seremos protagonistas de ese proceso, nuestra tarea consistirá en transformar un texto jurídico de enorme complejidad en operaciones comerciales seguras, eficientes y previsibles. Esa ha sido siempre nuestra función, y probablemente nunca haya sido tan importante como en esta nueva etapa de las relaciones entre el Mercosur y la Unión Europea.
Porque, al fin y al cabo, los acuerdos comerciales se negocian entre Estados, pero su éxito se construye cada día en las aduanas, en las empresas y en el trabajo profesional de quienes hacemos posible que el comercio internacional funcione.

LA EXPERIENCIA DEMUESTRA QUE LOS ACUERDOS COMERCIALES COMIENZAN VERDADERAMENTE CUANDO FINALIZAN LAS NEGOCIACIONES.



Salmate Chuaibo Daud
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

MODERNIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROJEÇÃO INTERNACIONAL

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) tem vindo a consolidar o seu papel como entidade representativa e reguladora da actividade aduaneira, promovendo a modernização do sector, a capacitação dos profissionais e o fortalecimento das relações institucionais nacionais e internacionais. Com sede em Maputo e representações regionais na Beira e em Nacala, a instituição conta actualmente com 216 membros distribuídos pelas regiões Sul, Centro e Norte do país, afirmando-se como uma das principais organizações profissionais ligadas à facilitação do comércio em Moçambique.

No triénio 2024–2026, sob a liderança da Presidente Salmate Chuaibo, a CDA reforçou o seu compromisso com a transparência, boa governação e valorização da classe, através da realização regular de assembleias-gerais, programas de formação contínua, seminários e workshops em áreas estratégicas como regimes aduaneiros, regras de origem e prevenção ao branqueamento de capitais. A instituição promoveu igualmente acções de formação destinadas a gestores da banca comercial em matérias aduaneiras, contribuindo para uma melhor compreensão dos procedimentos de desembaraço aduaneiro e consolidando a sua posição como referência técnica no sector.

A CDA tem desempenhado um papel activo na facilitação do comércio, mantendo uma estreita cooperação com a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e as Alfândegas de Moçambique — entidades fundamentais para o desenvolvimento e modernização do sector aduaneiro.

Paralelamente, a instituição participa nos principais fóruns de diálogo entre o Estado e o sector privado, com relevância para o Comité Nacional de Facilitação do Comércio, contribuindo directamente para a simplificação de processos, melhoria do ambiente de negócios e promoção da competitividade do país.

Além disso, a CDA assume posições de relevo na Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), onde a sua Presidente exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal. Membros da Câmara também ocupam postos de liderança na organização, incluindo a Presidência de um Conselho Empresarial Provincial e a Vice-Presidência do Pelouro Fiscal, Aduaneiro e Comércio Internacional, reforçando a presença institucional da CDA nos principais espaços de representação e concertação empresarial.

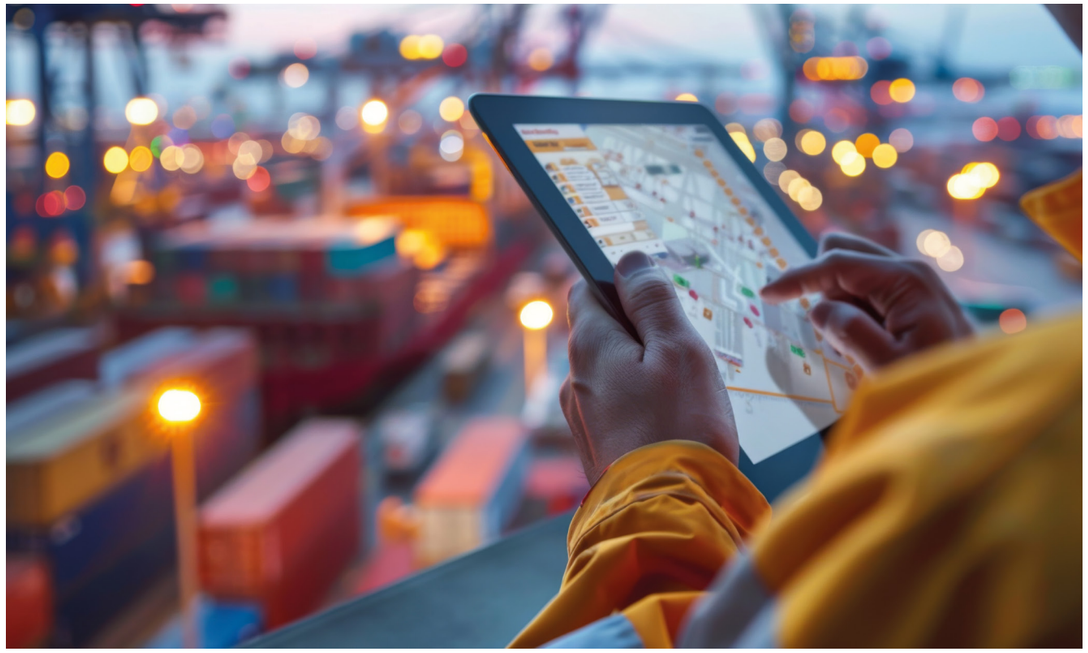
No plano internacional, a CDA tem reforçado a presença de Moçambique nos principais fóruns ligados à actividade aduaneira e à facilitação do comércio. Enquanto membro da International Federation of Customs Brokers Associations (IFCBA) e da Associação Internacional dos Despachantes Aduaneiros Profissionais (ASA-

PRA), a instituição participa regularmente nas conferências e assembleias destas organizações, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e experiências com entidades congéneres de diferentes continentes. Este posicionamento culminou com a eleição da Presidente, para a Vice-Presidência da ASAPRA para África, uma das mais relevantes posições de representação internacional da classe aduaneira no continente, reforçando o reconhecimento de Moçambique e dos seus profissionais no panorama internacional.

A cooperação com instituições congéneres dos países lusófonos tem igualmente contribuído para a partilha de conhecimentos, capacitação profissional e fortalecimento da actividade aduaneira, com destaque para as parcerias estabelecidas com entidades do Brasil, Portugal, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Estas iniciativas têm permitido aprofundar a troca de experiências e promover boas práticas em benefício da facilitação do comércio e do desenvolvimento económico dos países envolvidos.

> A CDA DEFENDE O REFORÇO DO PAPEL DO DESPACHANTE ADUANEIRO COMO CONSULTOR TÉCNICO ESPECIALIZADO.

Perante os desafios da transformação digital e da crescente complexidade do comércio internacional, a CDA defende o reforço do papel do despachante aduaneiro como consultor técnico especializado, contribuindo para uma actividade mais eficiente, ética e competitiva, alinhada com as exigências do desenvolvimento económico e da integração global.



PUBLICIDADE







XVII REUNIÃO MUNDIAL DE DIREITO ADUANEIRO

MAIS DO QUE UM ENCONTRO CIENTÍFICO E PROFISSIONAL, CONSTITUIU UMA AFIRMAÇÃO INTERNACIONAL DA IMPORTÂNCIA DO SETOR ADUANEIRO.

Entre os dias 3 e 5 de setembro de 2025, Portugal assumiu um lugar de particular destaque no panorama internacional do Direito Aduaneiro, ao acolher, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, a XVII Reunião Mundial de Direito Aduaneiro.

Promovida pela Academia Internacional de Direito Aduaneiro (ICLA), em coorganização com a Ordem dos Despachantes Oficiais (ODO) e a SPCA – Sociedade de Advogados, esta importante iniciativa reuniu representantes de 19 países, provenientes da Europa, América, África e Ásia, congregando académicos, juristas, autoridades aduaneiras e profissionais ligadas ao setor.

A dimensão e o alcance internacional desta Reunião foram particularmente reforçados pelo Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, conferindo ao evento uma inequívoca relevância institucional e constituindo um reconhecimento da importância que o Direito Aduaneiro e os seus profissionais assumem no contexto económico e estratégico nacional.





Durante três dias, a cidade do Porto foi, assim, palco de um amplo debate internacional sobre os grandes desafios que marcam atualmente o universo aduaneiro. A simplificação e harmonização de procedimentos, a sustentabilidade das cadeias logísticas, o combate à fraude, a transformação digital e a cooperação entre administrações aduaneiras e operadores económicos estiveram entre os principais temas em análise, num espaço privilegiado de reflexão, conhecimento e partilha de experiências.

A presença de altas responsáveis nacionais, designadamente a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Dra. Cláudia Reis Duarte, a Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dra. Helena Borges, e a Senhora Subdiretora para a Gestão Aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dra. Ana Cristina Trovão, entre outras personalidades de reconhecido mérito nacional e internacional, veio reforçar a dimensão e a importância desta iniciativa.

Para a Ordem dos Despachantes Oficiais, a coorganização da XVII Reunião Mundial de Direito Aduaneiro representou um momento de















particular significado. Foi uma oportunidade de afirmar, perante uma audiência internacional, o papel e a relevância dos Despachantes Oficiais enquanto profissionais indispensáveis à atividade aduaneira e ao comércio internacional, mas também de projetar a própria Ordem enquanto instituição ativa, credível e empenhada na valorização técnica, científica e institucional da profissão.

A realização deste encontro em Portugal constituiu, igualmente, uma oportunidade de projeção do País enquanto espaço de conhecimento, diálogo e cooperação no domínio aduaneiro, aproximando diferentes sistemas, experiências e realidades e reforçando os laços entre os diversos protagonistas desta área à escala mundial.

Os momentos sociais que integraram o programa, nomeadamente o welcome drink no Salão Árabe do Palácio da Bolsa e o Jantar de Gala no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, contribuíram ainda para conferir ao encontro uma dimensão de especial distinção, proporcionando momentos de convívio e de aproximação entre os participantes e dando a conhecer alguns dos espaços mais emblemáticos da cidade e da região.

A XVII Reunião Mundial de Direito Aduaneiro ficará, assim, como um marco de particular relevância para a Ordem e para os Despachantes Oficiais. Mais do que um encontro científico e profissional, constituiu uma afirmação internacional da importância do setor aduaneiro, uma oportunidade de valorização da Classe e um momento de projeção de Portugal no contexto mundial do Direito Aduaneiro.

A Ordem dos Despachantes Oficiais orgulha-se de ter contribuído para a concretização de uma iniciativa desta dimensão, que reforçou a sua missão institucional e deixou evidenciada a importância de uma profissão que, pela sua natureza e responsabilidade, permanece indissociável do bom funcionamento do comércio externo e da economia nacional.



















Antonio Llobet
PRESIDENTE DEL CONSEJO GENERAL DE AGENTES DE ADUANAS Y REPRESENTANTES ADUANEROS DE ESPAÑA

LISBOA, EPICENTRO ADUANERO

Quiero comenzar expresando mi más sincero agradecimiento a la Ordem dos Despachantes Oficiais por brindarme la oportunidad de participar en esta publicación. Es un verdadero honor dirigirme a los colegas portugueses y, al mismo tiempo, trasladar el reconocimiento del Consejo General de Agentes de Aduanas y Representantes Aduaneros de España a una organización con la que compartimos una visión profesional cada vez más próxima.

Durante los últimos años, las relaciones entre nuestras dos organizaciones se han estrechado de forma muy significativa. Hemos comprobado que España y Portugal no solo compartimos vecindad, historia y una clara vocación europea. Compartimos también rutas comerciales, puertos, corredores terrestres, empresas y desafíos profesionales. Nuestros países forman un espacio ibérico profundamente conectado, con una fachada atlántica de enorme valor estratégico y una actividad logística que exige coordinación, conocimiento técnico y capacidad de anticipación.

Ante esta realidad incuestionable, la celebración del próximo Foro Aduanero Ibérico en Lisboa representa mucho más que un cambio de sede. Por primera vez, el Foro sale de España y lo hace gracias a la colaboración y excelente disposición de nuestros colegas portugueses. Lisboa se convierte así en un punto de encuentro natural para analizar los grandes asuntos que afectan al presente y al futuro de nuestra profesión, pero también en el símbolo de una cooperación que queremos consolidar y proyectar en el tiempo.

La elección de Portugal no es casual. La realidad del comercio exterior nos obliga a superar visiones exclusivamente nacionales. Las mercancías, los datos y los riesgos circulan a través de cadenas cada vez más complejas. Las decisiones tomadas en Bruselas, Washington o Pekín repercuten de inmediato en nuestros puertos, fronteras, empresas y despachos. La aduana ha adquirido una dimensión económica, estratégica y geopolítica especialmente visible. En ella confluyen la facilitación del comercio, la seguridad de las cadenas de suministro, la protección del mercado interior, las sanciones internacionales, la sostenibilidad y la competitividad empresarial.

Por ello, España y Portugal tienen mucho que aportar desde una perspectiva común. Compartimos un marco europeo que debe aplicarse con mayor coherencia y homogeneidad. Compartimos la necesidad de que la transformación digital simplifique realmente los procedimientos, evite duplicidades y permita que la información se utilice de forma más eficiente. Y compartimos la preocupación por garantizar que el conveniente aumento de los controles no se traduzca



> NUESTRA FUNCIÓN EVOLUCIONA Y SOMOS CADA VEZ MENOS TRAMITADORES Y CADA VEZ MÁS ASESORES DE CUMPLIMIENTO, SEGURIDAD Y COMPETITIVIDAD PARA LAS EMPRESAS.

en demoras imprevisibles, cargas desproporcionadas o responsabilidades que no se correspondan con la capacidad real de actuación de cada operador.

La reforma de la Unión Aduanera, el futuro Centro Aduanero de Datos europeo, la creación de la nueva Autoridad Aduanera Europea, el auge del comercio electrónico, las nuevas exigencias ambientales —como el CBAM o la normativa contra la deforestación— y la creciente importancia de las sanciones comerciales configuran un escenario de profunda transformación. Son avances que pueden mejorar la seguridad, la trazabilidad y la eficacia de las operaciones, siempre que se diseñen con realismo operativo y contando con la experiencia de quienes trabajan cada día en la frontera.

En ese nuevo modelo, el papel del agente de aduanas y del representante aduanero no pierde importancia; al contrario, se vuelve más estratégico. La tecnología y la inteligencia artificial ayudarán a automatizar tareas, analizar datos y detectar riesgos, pero no sustituirán el criterio profesional, la interpretación normativa ni la responsabilidad que exige cada operación. Nuestra función evoluciona y somos cada vez menos tramitadores y cada vez más asesores de cumplimiento, seguridad y competitividad para las empresas.

El Foro de Lisboa será una oportunidad para compartir experiencias entre profesionales españoles y portugueses, comparar soluciones, identificar buenas prácticas y abrir vías de colaboración en formación, captación de talento, digitalización, ciberseguridad y representación institucional. Debatiremos sobre acuerdos comerciales, flujos internacionales, sostenibilidad, financiación, seguridad y tecnología; pero, sobre todo, tendremos la ocasión de reforzar vínculos personales y profesionales que son indispensables para construir posiciones comunes ante los grandes debates europeos.

El éxito del Foro no deberá medirse únicamente por su asistencia, sino por su capacidad para generar diálogo útil, relaciones duraderas y propuestas concretas. Tenemos la responsabilidad de contribuir a que las empresas puedan comerciar con seguridad, previsibilidad y eficiencia. Y para lograrlo necesitamos una profesión preparada, reconocida y capaz de hablar con una voz cada vez más coordinada.

Lisboa será durante esos días el epicentro aduanero de la Península Ibérica. Estoy convencido de que, con la colaboración de la Ordem dos Despachantes Oficiais y de todos los profesionales participantes, este primer Foro Aduanero Ibérico marcará el inicio de una etapa aún más estrecha de cooperación entre España y Portugal.



> NECESITAMOS UNA PROFESIÓN PREPARADA, RECONOCIDA Y CAPAZ DE HABLAR CON UNA VOZ CADA VEZ MÁS COORDINADA.

PUBLICIDADE



www.odo.pt

XV ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O ENCONTRO NACIONAL CONSTITUIU, MAIS UMA OPORTUNIDADE PARA REFORÇAR OS LAÇOS ENTRE OS PROFISSIONAIS.

O Hotel Oásis Plaza, na Figueira da Foz, foi palco, no passado dia 18 de outubro, do Encontro Nacional de Despachantes Oficiais, que reuniu cerca de 200 participantes num momento de convívio, reflexão e valorização da Classe.

A abertura dos trabalhos contou com as intervenções do Sr. Bastonário, Mário Jorge, do Vice-Presidente da ODO, João Morgado Macedo, e do Dr. José Rijo, Coordenador Científico e Pedagógico do Curso de Acesso a Despachante Oficial. Nas suas intervenções, foi destacado o papel da Ordem na valorização e afirmação da profissão, bem como a importância da preservação da sua história e tradição e do reforço da formação profissional.

Um dos momentos de maior significado foi a entrega das placas comemorativas aos Despachantes Oficiais que assinalaram 15, 25 e 50 anos de inscrição na Ordem, reconhecendo percursos profissionais marcados pela dedicação à Classe. O programa incluiu ainda uma homenagem ao Sr. Ramiro Lopes, conduzida pelo Sr. Armando Mesquita, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, e a entrega dos diplomas aos formandos que concluíram o Curso de Acesso a Despachante Oficial.

Depois do almoço de confraternização, os trabalhos prosseguiram durante a tarde, com uma sessão destinada aos Despachantes Oficiais.



Entre os principais momentos esteve a apresentação do novo site e da plataforma integrada da ODO, seguindo-se uma reunião livre, que proporcionou um espaço de debate e partilha sobre diversos assuntos de interesse para a Classe, com particular enfoque na entrada em produção dos novos sistemas declarativos.
O Encontro Nacional constituiu, assim, mais uma oportunidade para reforçar os laços entre os profissionais, promover a partilha de experiências e acompanhar os desafios e transformações que marcam atualmente a atividade, reafirmando o compromisso da ODO com a valorização da profissão e com uma representação cada vez mais próxima dos seus membros.









A REUNIÃO LIVRE PROPORCIONOU UM ESPAÇO DE DEBATE E PARTILHA SOBRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A CLASSE.



O ENCONTRO REAFIRMOU O COMPROMISSO DA ODO COM A VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO E UMA REPRESENTAÇÃO MAIS PRÓXIMA DOS SEUS MEMBROS.



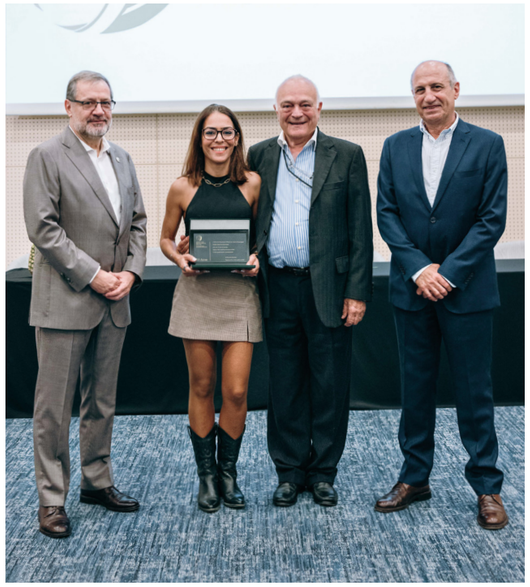






FOI DESTACADO
O PAPEL DA ORDEM
NA VALORIZAÇÃO
E AFIRMAÇÃO
DA PROFISSÃO.









A ENTREGA DAS PLACAS
COMEMORATIVAS
RECONHECEU
PERCURSOS
PROFISSIONAIS
DE 15, 25 E 50 ANOS
MARCADOS PELA
DEDICAÇÃO À CLASSE.





CERCA DE 200 PARTICIPANTES REUNIRAM-SE NUM MOMENTO DE CONVÍVIO, REFLEXÃO E VALORIZAÇÃO DA CLASSE.





DESIGNAÇÃO DO PROVEDOR DOS DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS







Foi no dia 6 de janeiro, após proposta do Conselho de Supervisão, que o Sr. Bastonário da Ordem dos Despachantes Oficiais, nos termos do disposto no artigo 30-D, n.º 2 do Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais, designou o Exmo. Senhor Dr. António Brigas Afonso para Provedor dos Destinatários dos Serviços da Ordem dos Despachantes Oficiais, que nessa mesma data, aceitou tal designação e o exercício das funções que estatutariamente lhe são atribuídas.

O provedor dos destinatários dos serviços é uma personalidade independente, não inscrita na Ordem, que tem a função, sem prejuízo do Estatuto do Provedor de Justiça, de defender os interesses dos clientes dos membros da Ordem.

Compete ao provedor dos destinatários dos serviços, analisar as queixas apresentadas pelos clientes dos membros da Ordem e fazer recomendações para a sua resolução, fazer recomendações para o aperfeiçoamento do desempenho da Ordem, fazer participações disciplinares ao conselho deontológico e impugnar jurisdicionalmente as decisões disciplinares do conselho deontológico.

O Dr. António Brigas Afonso é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desenvolveu grande parte da sua carreira na área tributária e aduaneira.

Exerceu diversos cargos de direção na Administração Tributária e Aduaneira, tendo sido Diretor-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e, entre 2014 e 2015, Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Ao longo do seu percurso, participou em diversos grupos de trabalho e projetos de reforma da legislação fiscal e aduaneira, tendo igualmente exercido funções docentes e desenvolvido atividade como autor e coautor de várias publicações nestas áreas.

É, atualmente consultor fiscal na SBA Advogados, especializado em Direito Aduaneiro e Impostos Especiais de Consumo e membro do Júri no Curso de Acesso a Despachante Oficial.

CURSO DE ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL 2024/2025

Ao longo de 2025, a Ordem assegurou a realização do Curso de Acesso à Profissão de Despachante Oficial, dirigido aos candidatos que reuniam os requisitos previstos no artigo 60.º do EODO.

O alargamento dos critérios de acesso, nomeadamente através da possibilidade de ingresso de licenciados em qualquer área académica e, ainda que de forma transitória, de funcionários de Despachantes Oficiais com mais de dez anos de experiência profissional, traduziu-se numa participação muito significativa, com 84 candidatos inscritos.

Mais do que um percurso de formação, este foi um verdadeiro desafio para todos os que o abraçaram. Para os candidatos, futuros Despachantes Oficiais, foram meses de exigência, estudo, dedicação e perseverança, num caminho que lhes exigiu muito, mas que representa também uma etapa fundamental na construção do seu futuro profissional.

O curso voltou, assim, a afirmar-se como um instrumento essencial de qualificação e preparação para o exercício da profissão, proporcionando uma formação especializada nas áreas aduaneira e deontológica e reforçando os elevados padrões de rigor e competência que a Ordem procura assegurar.

> O CURSO VOLTOU A AFIRMAR-SE COMO UM INSTRUMENTO ESSENCIAL DE QUALIFICAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

Neste percurso, merece uma palavra muito especial o trabalho dos formadores e membros do júri, cuja disponibilidade, dedicação e apoio aos candidatos foram inexcedíveis. Para além do rigor e exigência que naturalmente se impunham, souberam estar presentes, acompanhar e transmitir confiança, tornando esta etapa difícil num caminho mais próximo e mais humano.

A todos os candidatos, pelo empenho e pela determinação demonstrados, e a todos os formadores, membros do júri e coordenador científico pedagógico pelo profissionalismo e pela generosidade com que contribuíram para este processo, fica o reconhecimento da Ordem por um percurso exigente, mas também marcado pelo espírito de compromisso, entreajuda e valorização da profissão.

Foram aprovados os seguintes candidatos:

ACÁCIO ALVES SIMÕES
ANA CATARINA AVELINO QUINTANS
ANA KARINA RAMIREZ ESCÓRCIO
ANA SOFIA LEMOS NOGUEIRA
ANDRÉ FILIPE GRAÇA JORGE
ANDREIA LILIANA AZEVEDO MONTEIRO
BEATRIZ SILVA CARVALHO
BRUNO MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES FERNANDES
CARLA SUSANA FERREIRA FARIA
CARLOS ANDRÉ ANTUNES LOURENÇO DE MELO E MOTA
CARLOS MANUEL SALGADO DOS SANTOS
CÁTIA SOFIA HERNANDEZ SALGADO DOS SANTOS DIAS
CÉSAR ALBERTO PEREIRA CARNEIRO PINTO RIBEIRO
DAVID DE CASTRO ALMEIDA
DAVID MIGUEL AGOSTINHO DIAS
DAVID MOTA DE FREITAS SALAZAR SOARES
DIANA CARINA DE JESUS
DIANA FILIPA SOUSA RIBEIRO PINTO
DIOGO FILIPE BRANCO DE SOUSA PINTO
DIOGO MANUEL MORAIS REIS
EDUARDO NUNO PINTO RIJO
ELISABETA NETO DOS SANTOS CORREIA
ELSA MARÍLIA ALVES MOREIRA
FÁBIO ALEXANDRE MOTA CISNEIRO
FABRÍZIA NADINE DOS SANTOS
FILIPA ROSA GASPAR MENDES
FILIPE ANDRÉ DA SILVA REIS DO CARMO
FRANCISCO JOSÉ PARREIRA ZORRO E BRITO
FREDERICO MIGUEL AIRES VARGAS
GONÇALO CORREIA BENTO
GONÇALO LOPES GASPAR
HELENA ISABEL GALEGO LOPES GARCIA
HUGO FILIPE MARQUES NEVES
HUGO JORGE FERREIRA PINTO
IVAN IAN GLORIA TOMAS
JAIME ABEL BARREIRA C. F. DE CARVALHO
JOANA DE CAMPOS VIEIRA DIAS
JOANA FILIPA DA COSTA CUNHA
JOANA ISABEL MESQUITA CABRAL CORREIA
JOÃO CARLOS SANCHES FREIRE
JOÃO PEDRO ABREU DE SOUSA VALENTE
JOAQUIM RAMIRO DE SOUSA LOPES
JOSIANE LENISE DA LUZ DA CRUZ
LUÃ RAYQUEL RODRIGUES MONTEIRO
LUÍS FILIPE FRIAS DA SILVA
LUÍS MANUEL MARTINS BARBOSA
LUÍSA CASIMIRA DA SILVA GOMES COELHO
MAFALDA SOFIA DOS SANTOS RIBEIRO
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO FERREIRA
MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA PEREIRA NETO
MARIANA FILIPA ATOUGUIA PONTE
MÁRIO ANDRÉ BARROS DE OLIVEIRA
MÁRIO ANDRÉ CASANOVA CARNEIRO
MÁRIO ANDRÉ DURO MARTINS FEITEIRA
MÁRIO ALEXANDRE DA SILVA GOMES
MÁRIO JORGE DE AGUIAR LOPES
MÁRIO SEIXAL DO NASCIMENTO
MARTA NOBRE DOURADO DE MONIZ BARRETO
MIGUEL ÂNGELO TELES CARVALHO
MIGUEL LUÍS RODRIGUES CAMBÃO
NÁDIA RAFAELA DIAS RODRIGUES
NUNO MIGUEL GUIMARÃES FERREIRA DA SILVA
OLGA CRISTINA ALVES PEREIRA
PATRÍCIA ANDREIA PINHAL PEREIRA
PAULA CRISTINA MOÇO C. T. MOREIRA DE JORGE MARCOS
PAULO JORGE FERREIRA DE JESUS
PAULO JORGE QUINAZ MONTEIRO PATO
PAULO JORGE RAMOS LOPES BRAGA FERREIRA
PAULO RICARDO JESUS AMORIM
PEDRO ALEXANDRE GOUVEIA DIAS DE OLIVEIRA
PEDRO JORGE DA CRUZ MARQUES
PEDRO MIGUEL NEVES COELHO ALVES
RICARDO JOÃO DE LIMA REAL
RICARDO JOSÉ RIBEIRO VIEIRA
ROMANA OLIVEIRA PINHAL
SARA VANESSA GRAÇA JORGE
SÉRGIO AUGUSTO DE JESUS M. C. DA SILVA
SÉRGIO FILIPE FORTUNA DOS SANTOS
SUSANA ISABEL BERJANO DOS SANTOS
SUSANA MARIA DIAS PEREIRA
TATIANA SOFIA BRANCO DE SOUSA PINTO
TEÓFILA RAQUEL SANTOS CRISTÓVÃO
TIAGO FILIPE CRUZ FERREIRA
VITORINO ORTELÁ

ENTRADA EM PRODUÇÃO DOS SISTEMAS DECLARATIVOS DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

No final do ano, com a entrada em produção de quatro novos sistemas declarativos implementados pela AT, o SAL-GARANTIAS, o STADAEX-P-CAU, o STADIMP-CAU e o SiMTeM, verificaram-se diversas anomalias que perturbaram gravemente o normal funcionamento do desembaraço aduaneiro das mercadorias.

Neste contexto exigente, acompanhamos de forma diária, permanente e atentatodas as situações reportadas pelos Despachantes Oficiais, procedendo ao seu imediato encaminhamento e reporte junto da Autoridade Tributária e Aduaneira. Importa sublinhar que muitas dessas situações foram de facto resolvidas, fruto de um trabalho contínuo, empenhado e construtivo, desenvolvido em estreita articulação com a Subdireção-Geral da AT, ASA e DSRA.

Num cenário particularmente difícil e complexo, marcado por graves constrangimentos, dificuldades acrescidas e de avultados prejuízos no exercício da atividade profissional, reforçamos a necessidade de uma mensagem de ânimo, confiança e coesão e, simultaneamente, trabalhamos arduamente, mantivemos o empenho e sentido de responsabilidade, na defesa do interesse público e dos interesses da Profissão, acompanhando de perto a evolução da situação e intervindo sempre que necessário.

> IMPORTA SUBLINHAR QUE MUITAS DESSAS SITUAÇÕES FORAM DE FACTO RESOLVIDAS, FRUTO DE UM TRABALHO CONTÍNUO, EMPENHADO E CONSTRUTIVO, DESENVOLVIDO EM ESTREITA ARTICULAÇÃO COM A SUBDIREÇÃO-GERAL DA AT, ASA E DSRA.

Estivemos sempre convictos de que, com o diálogo, a persistência e a cooperação institucional, seria possível ultrapassar tais momentos e restabelecer a normalidade indispensável ao bom funcionamento do sistema aduaneiro.

No âmbito deste processo, é de salientar a consolidação da relação institucional com a Autoridade Tributária e Aduaneira, alicerçada num trabalho próximo, transparente e de cooperação contínua.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA E PUBLICAÇÕES

A formação profissional contínua manteve-se, em 2025, como um dos principais pilares da política de valorização profissional da Ordem.

Nos termos do Regulamento de Formação Profissional Contínua, aprovado pela Assembleia Representativa, os membros da Ordem continuaram sujeitos ao cumprimento anual de um mínimo de 40 créditos de formação, assegurando a permanente atualização técnica e científica necessária ao exercício da profissão.

A formação profissional contínua tem por objetivo facultar aos despachantes oficiais os conhecimentos necessários para um exercício da profissão pautado pelos mais elevados padrões de excelência e rigor técnico, na defesa do interesse público da profissão, permitindo uma permanente atualização em matérias de natureza técnica e deontológica.

Neste âmbito, a Ordem promoveu um conjunto significativo de ações de formação, muitas das quais desenvolvidas em colaboração com entidades públicas, instituições académicas e especialistas do setor.

As ações formativas incidiram sobre temas particularmente relevantes para a atividade aduaneira, designadamente Novos Sistemas Declarativos, Ética e Deontologia, Imposto Automóvel, Informações Complementares Pautais, Pauta Aduaneira, Acordo EU-Vietname, Controlos à Exportação, Boletins de Informação – Inf.3 e Estatuto AEO, Mecanismo de Ajustamento Carbónico Transfronteiriço (CBAM) e Qualidade Alimentar, Fitossanidade e Veterinária.

> A FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA MANTEVE-SE, EM 2025, COMO UM DOS PRINCIPAIS PILARES DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DA ORDEM.

Paralelamente, a Ordem manteve uma política ativa de divulgação de legislação e informação técnica relevante, bem como o reforço da sua presença editorial através da publicação de artigos técnicos, notas informativas e comunicados institucionais, consolidando o seu posicionamento como referência nacional na produção e difusão de conhecimento aduaneiro.

www.odo.pt

DIVERSAS INICIATIVAS ESTRUTURANTES

UMA ORDEM MAIS MODERNA, ROBUSTA E PRÓXIMA, COM UMA PRESENÇA INSTITUCIONAL REFORÇADA.

No âmbito da modernização organizativa e do reforço da capacidade institucional da Ordem, foram igualmente concretizadas diversas iniciativas estruturantes, entre as quais se destacam:

- A conclusão do novo sistema informático da Ordem, num ambicioso processo de modernização tecnológica. Um forte investimento, que reforça a infraestrutura de servidores, sistemas e rede de comunicações, conferindo uma maior qualidade, robustez e garantia de continuidade de serviço perante diversas adversidades, nomeadamente, quebras elétricas, avarias, pirataria e cyber ataques. Uma das principais mudanças, foi a substituição da firewall e a modernização do sistema de email, eliminando os protocolos desatualizados (POP3) e adoção de soluções tecnológicas seguras e eficientes. Foi prestado o melhor apoio na resolução de alguns constrangimentos ocorridos no decurso deste processo e assistência aos procedimentos de alteração das caixas de correio.

- O desenvolvimento do novo portal institucional, dotado de funcionalidades avançadas de gestão e comunicação com os membros;

- A criação de um novo site institucional, com uma nova imagem e informação atualizada ao segundo;

- O desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, reforçando os padrões de eficiência, segurança e transparência administrativa;

- A continuidade da participação da Ordem em redes internacionais de reflexão e debate técnico-jurídico em matéria aduaneira, na sequência do êxito da XVII Reunião Mundial de Direito Aduaneiro, reforçando o papel de Portugal neste domínio;

- No plano da representação institucional e da cooperação nacional e internacional, a Ordem manteve uma participação ativa em diversos fóruns e organizações relevantes para a profissão.

- No âmbito da CONFIAD, a Ordem esteve presente em todas as reuniões realizadas, tendo participado presencialmente nas que decorreram em Bruxelas e em Paris, reforçando a articulação com as congéneres europeias e acompanhando os principais desenvolvimentos no domínio aduaneiro.

- A Ordem participou igualmente, de forma presencial, na reunião da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) realizada em Bruxelas, no mês de março, acompanhando as matérias de interesse estratégico para o setor.

- Importa destacar a participação no Fórum Aduaneiro realizado em outubro, na Corunha, espaço de reflexão e debate entre profissionais ligados ao setor aduaneiro, que permitiu reforçar o diálogo institucional e a partilha de experiências entre diferentes países.

- Manteve-se assegurada a participação nas reuniões da ASAPRA, acompanhando de perto a realidade dos Países da América do Sul e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

- A Ordem marcou também presença em diversas Comunidades Portuárias, reforçando o diálogo com os diferentes intervenientes da cadeia logística e portuária;

- Paralelamente, participou nas reuniões do Conselho Geral e nas Assembleias do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), contribuindo para o debate e acompanhamento das matérias relevantes para o exercício das profissões autorreguladas;

- Manteve-se a participação na A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, bem como a próxima cooperação com o ISCAL – Instituto Superior de Administração e Contabilidade de Lisboa, contribuindo para o acompanhamento das matérias relacionadas com o ensino superior e a formação nas áreas relevantes para a atividade;

- A celebração de protocolos institucionais e parcerias estratégicas, destinados a reforçar a cooperação institucional e a valorização dos membros da Ordem;

- Diversas participações em entrevistas e artigos de opinião em meios de comunicação social.

PUBLICIDADE



www.odo.pt

INSCRIÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS MEMBROS

No decurso de 2025, a Ordem prosseguiu uma política ativa de promoção e valorização da profissão, desenvolvendo iniciativas destinadas a atrair novos profissionais e a reforçar a renovação geracional da classe.
Foram implementadas diversas estratégias de comunicação institucional e de promoção da profissão, incluindo ações de divulgação junto de universidades, entidades públicas e operadores económicos, com o objetivo de dar maior visibilidade ao papel do Despachante Oficial e evidenciar a relevância da inscrição e integração na Ordem.
Estas iniciativas contribuíram para reforçar o reconhecimento institucional da profissão e a sua projeção junto de novos potenciais profissionais.
No ano de 2025 inscreveram-se 58 novos Despachantes Oficias, com uma média etária de 44 anos.

www.odo.pt

DESPACHANTES OFICIAIS FALECIDOS 2025

255 António Simões Godinho
8 de fevereiro

061 Armindo da Conceição Esperança
9 de março

273 José Henriques dos Santos
14 de março

214 Adriano de Almeida Valente
2 de maio

138 Bernardo Maria de Sottomayor Neuparth
13 de maio

062 Manuel Jorge Azevedo Sousa
2 de agosto

384 António Luís Sanches Luís
30 de setembro

414 João Manuel Parreira Moura Marques
11 de dezembro

043 Manuel Alves Simões
12 de dezembro

CONCLUSÃO

O ano de 2025 ficou marcado por uma atividade institucional intensa e diversificada, orientada para o fortalecimento da Ordem dos Despachantes Oficiais enquanto entidade representativa de uma profissão altamente especializada e de reconhecida relevância para o funcionamento do comércio internacional.
As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para reforçar a qualificação profissional dos membros, consolidar a presença institucional da Ordem, promover a modernização dos seus instrumentos de gestão e intensificar a sua participação em redes de cooperação nacionais e internacionais. Num contexto marcado por profundas transformações no domínio aduaneiro, designadamente ao nível da digitalização dos procedimentos, da evolução do quadro regulatório europeu e das exigências crescentes associadas à facilitação e controlo do comércio internacional, a Ordem continuou a afirmar-se como interlocutor qualificado e parceiro relevante das entidades públicas e dos operadores económicos.
O trabalho desenvolvido ao longo de 2025 reforça, assim, o compromisso da Ordem com a defesa, valorização e dignificação da profissão de Despachante Oficial, bem como com a promoção de elevados padrões de competência, ética e responsabilidade profissional. Neste contexto, a Ordem dos Despachantes Oficiais reafirma o seu compromisso de continuar a trabalhar, com determinação e sentido de responsabilidade institucional, na defesa e valorização da profissão, no reforço da qualificação dos seus membros e na afirmação do papel dos Despachantes Oficiais como agentes essenciais ao funcionamento eficiente, seguro e transparente do comércio internacional.
A Ordem continuará igualmente empenhada em promover o diálogo institucional, a cooperação com as entidades públicas e a participação ativa nos processos de evolução do sistema aduaneiro, contribuindo para o desenvolvimento de um enquadramento regulatório moderno, eficiente e alinhado com os desafios da economia global.

www.odo.pt

PUBLICIDADE



AGRADECIMENTOS

A todos quantos colaboraram e tornaram possível este Boletim, recolhendo informação, redigindo textos e promovendo anúncios, os nossos sinceros agradecimentos.

FICHA TÉCNICA

ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
ODO – Ordem dos Despachantes Oficiais
Avenida D. João II, nº35 – 5º P
1990-083 Lisboa

DIRETOR
Mário Jorge

COORDENAÇÃO
Unimagem – Comunicação e Imagem, Lda.
R. José Galhardo 1, Loja 1, CV
1750-131 Lisboa
Telef.: (+351) 21 318 79 00 (chamada para a rede fixa nacional)
unimagem@unimagem.pt

TIRAGEM
700 exemplares

CONTACTOS

LISBOA

Avenida D. João II, nº35 – 5º P
1990-083 Lisboa

Tel: (+351) 21 393 13 20/1
(chamada para a rede fixa nacional)

Fax: (+351) 21 393 13 29
(chamada para a rede fixa nacional)

PORTO

Av. Mário Brito 4142 – 2º
Apartado 5001
4455-901 Perafita

Tel: (+351) 22 996 20 79/80
(chamada para a rede fixa nacional)

EMAIL
geral@odo.pt

WEBSITE
www.odo.pt

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

FACEBOOK
@ordemdosdespachantesoficiais

LINKEDIN
Ordem dos Despachantes Oficiais


CONFIAD
PAN EUROPEAN NETWORK


C. N. O. P.
CONSELHO NACIONAL
DAS ORDENS PROFISSIONAIS


ICC
PORTUGAL
INTERNATIONAL
CHAMBER OF COMMERCE
The world business organization


CLECAT


ASAPRA
ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE AGENTES
PROFESIONALES DE ADUANA
LA ADUANA SOMOS TODOS